

**Vida material e ocupação das mulheres livres e escravas
Vale do Paraopeba/MG (1840 a 1914)¹**

Claudia Eliane P. Marques Martinez

Dos vários estudos dedicados ao trabalho e a vida material, no século XIX brasileiro, ressaltam-se aqueles que iluminam os objetos e as ocupações desempenhadas pelo sexo feminino.² Ocupações essas que extrapolam o âmbito doméstico, ou melhor, redefine o sentido do trabalho executado dentro da moradia, que em nada desqualifica seu caráter monetário e comercial. Exemplo disso são as fiandeiras e as tecedeiras que movimentaram e dinamizaram a economia do Vale do Paraopeba com suas rocas e teares manuais. Segundo Douglas Cole Libby:

(...) o vulto e a difusão geográfica e social do setor (têxtil) fizeram dele, **além do maior ramo de atividade de transformação da Província** durante o período estudado (século XIX escravista), um fenômeno econômico e social inusitado na história do Brasil, e talvez, dos regimes escravistas modernos. Pode-se concluir que a produção caseira de fios e tecidos constituiu uma importantíssima contribuição feminina à economia de ajustamento que se desenvolveu em Minas como reação à exaustão dos depósitos auríferos mais facilmente explorados.³

A partir das problemáticas colocadas tanto pela história das mulheres, quanto pela historiografia econômica de Minas Gerais, busca-se entender neste artigo alguns aspectos do mundo do trabalho em relação aos equipamentos que dele fizeram parte, principalmente teares e rocas. Ainda dentro dessa perspectiva é importante salientar que, assim como o sexo masculino, as mulheres livres e escravas estavam perfeitamente conectadas à economia mineira e participavam ativamente do mercado de abastecimento interno, especialmente aquele ligado à produção de fios de algodão, mantas e tecidos de variadas espécies e matizes.

As localidades que se encontram no entorno do Rio Paraopeba constituíram o palco principal desta pesquisa. A referida circunscrição geográfica foi, desde o século XVIII, zona abastecedora de gêneros alimentícios e vestuário. De modo geral, os municípios e as cidades vizinhas beneficiaram diretamente desta produção têxtil. Os tecidos e fios de

algodão, de qualidade inquestionáveis, eram também exportados para outras partes da Província mineira e para a Corte do Rio de Janeiro fomentado, desta maneira, a economia e as relações comerciais do Brasil Império.

A partir do contexto socioeconômico equacionado para Minas Gerais, e para o Vale do Paraopeba, algumas questões foram elaboradas tendo como referência as décadas que se configuraram antes e depois da Lei Áurea (1840 a 1914). Desta forma, é interesse compreender, por exemplo, qual o papel desempenhado pelas mulheres livres e escravas na economia de mercado? Qual o peso da escravidão nas relações de trabalho realizadas pelas mulheres de diferentes condições e estratos sociais? O fim do sistema escravista alterou a economia e a vida material da população feminina e masculina? Os artefatos pessoais e os equipamentos de trabalho, localizados nos inventários *post-mortem*, podem ser considerados auto-representações do universo feminino?

Os pontos acima enfatizados fazem parte de um estudo mais amplo desenvolvido na pesquisa de doutorado e que tem como tema central a transformação da riqueza e da vida material na passagem do trabalho escravo para o livre. A necessidade de avaliar os primeiros resultados, além de discutir a viabilidade dos mesmos são os principais objetivos deste artigo. Utiliza-se para isto, de um conjunto de dados provenientes de inventários *post-mortem*, de Jornais de época, de Listas Nominativas de habitantes e do Recenseamento de 1872. No entanto, neste momento atenção especial será destinada às fontes cartorárias que trazem informações relacionadas tanto aos equipamentos de trabalho feminino, quanto aspectos concernentes à mão-de-obra escrava, em especial das fiandeiras e das tecedeiras.

Dos 760 inventários *post-mortem* fichados até o momento (1840 a 1914) ênfase deve ser dada à grande quantidade de rodas de fiar algodão, teares, descaroçadores, urdideiras, liços e mais apetrechos ligados ao universo da fiação e tecelagem. Outra questão observada nas fontes cartorárias refere-se às inúmeras escravas envolvidas no processamento do algodão e nomeadas como fiandeiras. Dos vários casos localizados destaca-se o inventário (1876) do fazendeiro José Moreira de Carvalho, casado com Dona Maria dos Santos.⁴ Além da propriedade rural localizada no distrito de Santana do

Paraopeba, possuía também 31 cabeças de bois, 8 cavalos e 29 escravos. Entre os vários objetos que compunham os bens móveis foram localizadas 17 rodas de fiar algodão e 1 tear.

A composição da escravaria de Carvalho, embora constitua apenas um dos vários exemplos encontrados no Banco de Dados, chama a atenção do pesquisador. Dos 29 cativos arrolados em seu inventário, 22 eram do sexo feminino (entre africanas e brasileiras). Fica evidente que do total de escravos existente naquela fazenda 75% deles estavam envolvidos na fiação. Certamente as 17 rocas encontradas entre os bens móveis faziam, assim como o tear, parte dos equipamentos de trabalho das escravas. Do mesmo modo é lícito concluir que tantas escravas envolvidas neste processo só teriam sentido se a produção delas fosse destinada aos mercados regional e/ou externo à Província mineira.

Focalizando agora o outro lado da esfera social, ou seja, os inventários de mulheres solteiras pobres verificam-se que estes documentos revelam, da mesma forma, a importância da atividade têxtil doméstica. Em geral, a vida material deste estrato social menos abastado resumia-se em apenas alguns “trastes” de móveis e “moradas de vivenda” de valor irrisório. O interessante é que algumas delas possuíam pequenos plantéis de escravos, variando de 1 a 3 indivíduos. Ao analisar o perfil da escravaria nota-se que os cativos arrolados eram, na sua maioria, do sexo feminino e traziam, quase sempre, ocupações ligadas ao processamento do algodão.

Dona Francisca Cândida de Jesus falecida em 1885, morada de São Gonçalo da Ponte – atual Belo Vale -, é um dos muitos exemplos encontrados no Banco de Dados.⁵ Dos poucos pertences que possuía destacam-se uma roda de fiar algodão e uma única escrava que foi descrita como fiandeira, aleijada e doente. Dona Francisca e outras mulheres de seu tempo participavam da produção e comercialização de fios, panos e tecidos para manter suas pequenas propriedades e os seus eventuais filhos naturais; uma estratégia de sobrevivência que permitiu a inserção delas no mercado de abastecimento interno.

Do grande escravista ao pequeno agricultor passando pelas mulheres solteiras e desprovidas de riqueza material; das vastas fazendas às modestas casas das vilas o tear e a roda de fiar algodão compunham, conjuntamente, o cotidiano urbano e rural do Vale do Paraopeba. Provavelmente estes artefatos manuais influenciaram a economia da região e mapearam as relações diárias de seus habitantes.

As atividades provenientes do algodão não passaram despercebidas aos olhos dos contemporâneos. Prova disso são os relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no século XIX. Auguste Saint-Hilaire foi de longe o mais perspicaz e seus comentários sobre o plantio, o processo de beneficiamento e a mão-de-obra feminina envolvida foram reproduzidos em alguns estudos acadêmicos.⁶

Também os recenseadores registraram o notável número de fiandeira, tecedeiras, “operários em tecido”, ou outras nomenclaturas que estavam conectadas à atividade artesanal em questão. Da mesma forma, os juizes de paz deixaram indícios que ajudam a reconstruir as relações de trabalho e aspectos da vida material da população feminina. A Lista Nominativa de Habitante de Bonfim, de 1831/32, é um exemplo a ser destacado.⁷

Estudiosos que se debruçaram sobre a documentação censitária do século XIX apontam que, de modo geral, era mais comum informar ocupação para os homens livres e só depois, e em menor escala, arrolavam-se as atividades destinadas ao sexo feminino.⁸ Em Bonfim do Paraopeba isso aconteceu de forma inversa, pois, a documentação censitária priorizou informar a ocupação das mulheres livres e escravas. O motivo desse procedimento, aparentemente incomum, pode estar relacionado à importância da fiação e tecelagem na economia e na cultura da localidade.

O fato é que do total da população livre, 55% das informações referem-se ao sexo feminino e, em contrapartida, 45% ao sexo masculino. Mais surpreende são as informações disponíveis destinadas aos escravos: 11% para os homens e surpreendentemente 85% para as mulheres, e claro que a grande maioria delas foram arroladas como fiandeiras. Ainda dentro do período escravista, o Recenseamento de 1872 declara um notável número de

mulheres envolvidas nesta atividade artesanal como já demonstrado nos trabalhos de Libby e Martins.⁹

Voltando aos inventários *post-mortem*, mas focalizando agora uma outra realidade histórica, em especial, aquela que se configurou no pós-1888, algumas questões chamam a atenção. Qual a representação numérica das mulheres fiandeiras e de seus respectivos equipamentos de trabalho no período pós-escravista. A produção da indústria têxtil doméstica permaneceu a mesma depois do fim da mão-de-obra cativa? Para avaliar estas problemáticas recorreu-se à bibliografia produzida sobre o tema, especialmente ao livro *Transformação e Trabalho*, de Douglas Cole Libby, além das múltiplas informações contidas nas fontes cartorárias.

Nota-se, em primeiro lugar, que a representação numérica dos artefatos ligados a atividade têxtil doméstica é muito inferior no período pós-abolição. Observa-se também que a descrição qualitativa dos equipamentos perde importância no conjunto dos bens móveis. Para equacionar melhor esta questão torna-se necessário recorrer a outros dados que remetem, por exemplo, à riqueza familiar e, conseqüentemente, à situação econômica do Vale do Paraopeba antes e depois da Lei 13 de maio de 1888.

Ao acompanhar numa série longa do tempo – tabela 1 - o valor total da riqueza, representado na fonte cartorária, pelo monte-mor, verifica-se que esta sofreu profundas alterações ao longo do período estudado. Curiosamente os inventários revelaram que a maior concentração da riqueza ocorreu, exatamente, no período que antecede o fim do sistema escravista. Por outro lado, a queda de quase 2 contos de réis entre os dois períodos, 1880/1888 e 1888/1899, sugere um empobrecimento das famílias ligadas ao sistema escravista?

Os resultados, apontados na tabela 1, indicam mudanças nos padrões de riqueza dos diversos estratos sociais. Tais transformações processadas no universo material e econômico devem ter gerado desdobramentos que precisam ser elaborados com mais propriedade. A redefinição do papel masculino e feminino na sociedade, bem como

diferentes modos de viver e interagir com o mercado interno e externo são apenas exemplos de questões que precisam ser investigadas.

Tabela 1

Valor Médio do monte-mor por inventário, 1840 a 1914		
Década	Número de Inventário	Valor Médio do Monte-Mor
1840/1849	57	5.362.544
1850/1859	62	8.163.444
1860/1869	65	5.681.069
1870/1879	72	15.387.298
1880/1888	55	9.705.906
1888/1899	137	7.225.202
1900/1909	72	6.667.114
1910/1914	43	3.037.683
Total	563	7.653.783

Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*

Reiterando análises já efetuadas por outros estudiosos, os resultados parciais desta pesquisa apontam que não só a indústria têxtil doméstica sofreu diretamente com fim da escravidão - haja vista as inúmeras cativas envolvidas neste trabalho que deixaram de produzir - mas também uma série de outras atividades que dependiam direta ou indiretamente do sistema escravista. Os efeitos econômicos do processo de desmantelamento da mão-de-obra compulsória, também foram sentidos pelos proprietários de terras envolvidos na agricultura de abastecimento.

O inventário de José Rufino da Silva esclarece dados dessa questão. Em 1890, dois anos após o fim da escravidão, o referido Silva solicitava ao juiz responsável, a conclusão do inventário judicial de seu pai, Antônio Rufino Pereira. Dos autos constava a seguinte declaração:

Diz José Rufino da Silva que tendo falecido seu pai, Antônio Rufino Pereira (...) pede a factura de inventário judicial, em cartório por serem os bens de pouca monta, **não só pelo facto da Lei 13 de maio**, como pelo usufruto de quarenta anos, e a decadência das propriedades que foi de seus avós.¹⁰

Além da perda monetária destacada pela documentação, os fazendeiros do Vale do Paraopeba reclamavam, ainda, do abandono das lavouras e da falta de mão-de-obra para continuar o trabalho antes destinado aos escravos de ambos os sexos. Dentro dessa

mesma perspectiva, o extrato retirado do *Jornal da Cidade de Bonfim*, onze anos depois da Lei Áurea, reforça as idéias desenvolvidas até momento.

(...) era preciso resolver o problema de substituição imediata do trabalho escravo pelo trabalho livre; pois que o antigo ex-escravo, cansado de trabalhar para seu ex-senhor, sentia-se desanimado e preferia o repouso ocioso, embora, à custa das maiores privações à continuação do trabalho remunerado e livre. Em massa, abandonavam os escravos as fazendas e os estabelecimentos agrícolas desorganizaram-se completamente todo trabalho da lavoura.¹¹

As fontes primárias estudadas aqui revelam sinais da dispersão material das famílias escravistas. Se em algumas partes do Brasil o problema do trabalho já tinha sido resolvido ou cogitava-se uma solução efetiva para a substituição da mão-de-obra, como por exemplo, à introdução do imigrante, o mesmo parece que não ocorreu para o Vale do Paraopeba¹².

Faces da mesma moeda, inventários e jornais de época são unânimes em destacar as transformações equacionadas no pós-1888. Por outro lado, é preciso lembrar que a emergência do capitalismo no século XX, a formação de distintos mercados e a transferência da capital mineira podem ter contribuído para a formação de outros referenciais que passaram, então, a nortear as relações de trabalho e a vida material da população, em especial das mulheres livres e pobres.

No entanto, de todos os itens relacionados acima o fim da escravidão, provavelmente, foi o fator mais significativo; responsável pelas principais modificações econômicas e sociais de Minas Gerais no final do oitocentos. Reiterando as palavras de Libby, "(...) a grande produção agrícola de Minas, fosse a cafeicultura, fosse a parcela mais dinâmica da agropecuária mercantil de subsistência, **permaneceu fielmente escravista até o dia 13 de maio de 1888**".¹³ Ademais, esta pesquisa acrescenta o fato que os pequenos e médios escravistas estiveram também vinculados ao sistema compulsório até o seu desfecho, embora as conseqüências materiais fossem sentidas de diferentes maneiras.

No caso da indústria têxtil doméstica, a mudança no sistema de trabalho e os novos centros de poder - político e econômico - surgidos no final do século XIX podem ter reduzido a participação feminina no mercado, pelo menos no período imediatamente após a abolição. Embora a tradição de fiar e tecer nunca tenha desaparecido é preciso ressaltar que a

realidade econômica que se configurou no pós-1888 não absorveu, com a mesma intensidade, a produção dessas mulheres, agora muitas delas ex-escravas.

Ainda hoje é possível localizar no Vale do Paraopeba senhoras setuagenárias que possuem teares e rocas que foram de suas bisavós. Do engenhoso maquinário de madeira pode-se ter uma idéia do que foi essa extraordinária indústria de transformação.

Mais do que auto-representação do universo feminino tais equipamentos simbolizam um tempo em que fiar algodão, tecer colchas e paninhos era sim um negócio lucrativo. Tão vantajoso que muitos proprietários optaram por uma escravaria composta, quase que exclusivamente, por mulheres africanas e outras tantas brasileiras.

¹ Este artigo faz parte de nossa pesquisa de doutorado em História Econômica, desenvolvida no curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara e com o apoio financeiro da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

² Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. (2^o ed.) São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Ver também SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero e Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (p. 246 e 247). (grifos nossos).

⁴ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 16(18).

⁵ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CPO 40 (15).

⁶ LIBBY, Op. Cit. 1988.

⁷ Para mais detalhes a respeito deste documento ver MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e Escravidão: Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado*. Bonfim/MG. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2.000. (*Dissertação de Mestrado*).

⁸ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, (*Tese de Doutorado*).

⁹ Ver Libby op. Cit. 1988. e MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais – Brasil*. Nashville, Vanderbilt University, 1980, (*Tese de doutorado*).

¹⁰ Arquivo Municipal de Bonfim/MG, DC CSO 11(11).

¹¹ Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, *Jornal da Cidade de Bonfim*, 08/10/1899, artigo *Comércio, Indústria e Agricultura*. p. 1.

¹² LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho. A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 a 1930*. (2 ed) Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

¹³ LIBBY, Op. Cit. 1988. p. 363. (grifos nossos)